

**CEDI**

CEDI - P. I. B.  
DATA 16, 03, 93  
COD. FBD 00336

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: D.O.U. Class.: seção I

Data: 15/03/93 Pg.: 3019-3021

PARECER N 024/CEA/92  
Em, 31 de julho de 1992

Processos FUNAI/BSB/3434/81 e 0601/84. Denominação: Área Indígena JABUTI. Grupos Indígenas: Makuxi e Wapixana. Família: Karib (Makuxi). Tronco: Aruak. Família: Aruak (Wapixana). População: 1981: 59 pessoas / 1982: 70 pessoas / 1992: Aldeias: 1. Localização: Município de Bonfim, Estado de Roraima. Superfície: 13.000 ha (treze mil hectares). Perímetro: 55 km. Levantamento Fundiário: 3 ocupantes não-índios, dos quais 1 com benfeitorias a ser complementado

**- HISTÓRICO**  
Os Makuxi e Wapixana ocupam tradicionalmente uma vasta região de Roraima, sendo que os Makuxi estão mais concentrados ao nordeste e os Wapixana no centro-leste, existindo, entretanto, territórios de ocupação comum, como a Área Indígena Jabuti

Para compreender a situação das invasões de suas terras por posseiros ou fazendeiros, faz-se necessário ter conhecimento da história da colonização de Roraima. A penetração do europeu na região provocou a desagregação dos povos indígenas, que num período anterior conviviam simbioticamente, apesar das guerras intertribais.

O território de domínio Wapixana estava sendo invadido pelos Makuxi, pressionados pelos colonizadores do caribe (espanhóis, ingleses e holandeses). As relações interétnicas variava de grupo para grupo e de aldeia para aldeia. Dependendo do contato, mantiam relações amistosas, comerciais e alianças matrimoniais, ou então, eles guerreavam ou raptavam as mulheres.

O impacto da sociedade envolvente sobre as sociedades indígenas mais isoladas foi sentido num período anterior ao contato propriamente dito. Após a colonização do litoral, os primeiros contatos dos europeus ocorreram com as populações indígenas ribeirinhas, o que provocou imediatamente a depopulação das comunidades interioranas. A depopulação foi causada pelas doenças transmitidas aos índios recém-contactados, que passaram a ser agentes transmissores aos índios ainda isolados, mas com os quais mantiam relações amistosas, bem como pelo domínio dos grupos colonizados sobre os índios interioranos. O contato provocou uma drástica alteração nas relações interétnicas, tendo em vista que o poderio bélico dos índios colonizados era bem superior aos isolados; o que possibilitou o domínio e o fato deles serem posteriormente os agentes colonizadores de outras etnias; a penetração dos colonizadores no continente ocorreu com a finalidade de arrematar escravos indígenas, para impulsionar as atividades econômicas desenvolvidas na faixa litorânea. Os colonizadores aproveitaram as rivalidades intertribais para atingir seus objetivos. Aliaram-se a determinados grupos, que viviam em guerras com outros, dessa forma os grupos coligados atacaram seus inimigos, os quais foram escravizados em nome dos governantes da Espanha, Holanda, Inglaterra ou Portugal.

Em síntese, a colonização levou o desaparecimento de diversos grupos indígenas, seja por causa das epidemias ou por decorrência do acirramento das disputas intertribais.

Com o tempo, os grupos Karib (Makuxi), que subjulgaram os Aruak (Wapixana e Atruahú), e que tinham uma posição privilegiada perante os colonizadores, também foram pressionados e obrigados a migrarem para o interior, como havia ocorrido anteriormente com outros povos indígenas

Naquela época, o lavrado (campo ou savana) encontrava-se com pouca densidade populacional, na região dos Aruak, dominavam os Wapixana, os quais não queriam que os povos Karib (tradicional inimigo) viessem a ocupar a sua terra. Pela hostilidade dos Wapixana, os Karib (Makuxi) migraram para outras regiões, porém ao deslocarem-se para o norte do rio Cotíngio, encontraram os Ingarikó; a leste no rio Essequibo era ocupado por Patamona e Akwaio; a oeste pelos Yanomami; e nas margens do Tacutu havia os Paravilhana (Paruangs). Diante da situação, a única solução encontrada por eles foi de entrar em guerra com os Wapixana, para garantir a sobrevivência.

A questão da guerra entre os dois grupos, normalizaria-se através do intercâmbio comercial, quando os portugueses chegaram a região e passaram a beneficiar os Wapixana em detrimento dos Makuxi, ex-aliados dos espanhóis. A aliança luso de qualquer forma alterou um processo tradicional entre os índios de realizar a guerra e a paz.

A penetração do rio Branco ocorreu simultâneo ao rio Negro, realizada pela expedição de Pedro Teixeira. No século XVII, os portugueses já haviam reconhecido a área ao longo do seu percurso e os afluentes da zona campestre. Segundo Ribeiro de Sampaio (1777), o conhecimento do rio Branco decorre desde 1655 e o seu inteiro descobrimento de 1670 ou 1671. A partir dessa época ocorreram entradas e comércio, mas não se tem conhecimento de documentação a respeito (ver Uiniz, 1972:271). Ocorreram as seguintes entradas de "tropas de resgates": 1725, 1736, 1740 e 1744. Pela Lei de 06.06.1755, terminou as atividades das tropas de resgate.

Paralelo a fase de escravização indígena, ocorreu a expansão religiosa, com a chegada dos missionários Carmelitas. Em 1692, a Câmara de Belém fez uma petição ao rei de Portugal para a atuação missionária do Rio Branco. Em 1693, o Conselho ultramarino atendeu a solicitação escolhendo os Carmelitas (ver Amodio, 1983:20). Em 1725, os Frades Carmelitas estabeleciam-se na região do rio Branco na missão de catequeses (ver Testa, 1981:05).

Com a colonização portuguesa houve um novo desequilíbrio populacional causada pela escravização indígena e pelas epidemias de varança e variola. As epidemias que atingiram o Amazonas, nos anos de 1724 e 1776, acabaram atingindo a população do rio Branco levada pelas tropas de resgate (ver Amodio, 1983:25).

Após o processo de escravização indígena pelos portugueses, prosseguiu a colonização com o estabelecimento do Forte São Joaquim, a partir de 1773, na conferência dos rios Uraricoera e Tacutu (ver Diniz, 1972:28).

Segundo Ribeiro de Sampaio, em 1777, após a construção do forte pelo capitão Sturn, que incentivou a instalação de povoações indígenas em sua redondeza, como: Carmo (Boa Vista), Santa Isabel, Santa Bárbara no Rio Branco, São Felipe no Tacutu e Conceição no Uraricoera. O contingente de índios reduzidos, que aí se estabeleceu alcançava 1.019 índios (391 do sexo masculino e 428 do sexo feminino) representados pelos "Paraviana, Uapixana, Separá, Aturauí, Tapicau, Uaiumucá, Amaripá, Paukiana". Eram conhecidos ainda os "Caripona, Macuxi, Uaicá, Securi, Carapi, Sepuru e Umaiana", os quais não encontravam-se reduzidos (ver Diniz, 1972:27-28).

No século XVIII, apesar da colonização portuguesa, Roraima continuava sobre o domínio dos grupos indígenas. Segundo Henri Condreau, em 1787 conhecia-se 22 tribos que habitavam o rio Branco, ocupando as terras que atualmente correspondem a Área Indígena Jabuti: identificam Paraviana, Amaribas, Atorradi nascentes dos rios Tacutu e Repununi, Caripuna, Caraiba e Makuxi na serra Maracapá (ver Brea Monteiro, 1985:01).

Por volta de 1782/1792 surgiu a necessidade de delimitar as fronteiras entre o Brasil e Venezuela (ver Testa, 1981:5). Em 1787, Lobo D'Almada comandou a Comissão Portuguesa de Delimitação de Fronteira, percorrendo com sua equipe a bacia do rio Branco, chegando aos limites com a Espanha e Holanda. Na época, nos povoados habitavam 931 "almas", em volta de 72 "fogos", assim distribuídos: Carmo, 215 habitantes, com 16 famílias; Santa Maria, 165 habitantes e 12 famílias; São Felipe, 244 habitantes e 19 famílias; Conceição, 286 habitantes e 22 famílias e São Martinho, 21 habitantes e 3 famílias. Como estadista, ele planejou a colonização da região através da implantação das fazendas Nacionais, visando a criação do gado nos campos nativos. Identificou Paravilhanos, Atruahis, Amaribás, Macuxis e Uapixanas habitando a região que corresponde na atualidade a Área Indígena Jabuti.

Apesar do contato com os portugueses, em 1790, os Makuxi atacaram o Forte de São Joaquim, ferindo um soldado e matando quatro soldados e um índio. Em decorrência desse ataque houve o acirramento da guerra existente entre os Makuxi e Wapixana, tal fato leva a crer que o índio morto em combate era dessa etnia.

Entretanto, não foram apenas os Makuxi que se revoltaram contra os portugueses. Em 1798, os Paravilhana e Wapixana atacaram uma vila, matando o Diretor do aldeamento, um grupo de soldados e alguns moradores. Em represália, houve a expedição a mando do Tenente Leonardo José Ferreira, que participou da Comissão Portuguesa de Delimitação de Fronteiras, a qual massacrou Wapixana e Paravilhana. O lugar da chacina ficou conhecido como Praia de Sangue.

No século XVIII, a frente de expansão caracterizou-se pela implantação das Fazendas Nacionais: São Marcos, São Bento e São José. A expansão econômica continuou lenta até o litígio entre o Brasil e a Inglaterra pela região (1841). Na área em disputa havia 31 fazendas de brasileiros e 5 dos ingleses. Fora da área os ingleses contavam com 2 e os brasileiros com 20 fazendas.

Por essa época, os ingleses intensificaram as expedições à região: 1812 Charles Waterton; 1828 Gullijer e Smith; 1834 Adam Bauve; 1835 e 1838/39 Robert Sachomburgh (alemão a serviço dos ingleses). Na segunda viagem instalou a missão protestante dirigida pelo Padre Inglês Thumaz Yond (ver Monteiro, 1985:13).

Em meados do século XIX, a região colonizada por brasileiros encontrava-se estagnada. Existia apenas duas vilas: Santa Maria e Carmo. Pelo depoimento de João Henrique de Matos, Diretor Geral dos Índios da província do Pará, era de extrema penúria. Ele visitou o Forte em abril de 1843, visitando também a Missão da Serra do Banco, que foi fundada em fevereiro de 1842, pelo missionário Pe. José dos Santos Inocentes da ordem Carmelitas Calçados que atendia os Wapixana e Makuxi. Existia a União do Porto Alegre, que assistia os "Jaricunas, Procutus, Sapaães e Anhiagues"; Missão Macuxi no rio Pirara e rio Repununi (ver Monteiro, 1985:13).

Em virtude do litígio entre o Brasil e a Inglaterra, os missionários de Pirara foram expulsos da região. A situação normalizou-se a partir da assinatura do Tratado em 06.11.1901, quando foi estabelecido os limites entre os dois países.

Foi a partir do século XIX, que a região passou a ser mais documentada por expedições. Em 1878, houve a expedição de Everard Im Thurn; em 1882, houve a Comissão de Limites Venezuelano-Brasileira, comandada pelo Primeiro Tenente Naval Francisco Xavier Lopes de Araújo; entre 1883 a 1885 a de Henri Condreau; entre 1911 a 1912 a de Theodoro Koch-Grumberg; em 1913 a de William Farabre; e entre 1924 a 1925 a de Alexander Hamilton Rice.

A região sofreu novas mudanças econômicas com a criação do Território do Rio Branco, pelo Decreto-Lei n 3.812 de 13.09.43. Com a criação do Território houve um incremento de capital por parte do Estado, o que propiciou a partir da década de 40, que as terras indígenas passassem a ser ocupadas por garimpeiros e "aventureiros", que gradativamente foram estabelecendo-se na área e transformando-se nos fazendeiros de Roraima.

Pelo Decreto-Lei n 4.182 de 13.12.62, a região passou a ser denominada por Território Federal de Roraima. A partir dessa época intensificou-se a capitalização no meio rural, advinda com a construção da BR-174, que ligou Manaus a Boa Vista. E em 03.10.88, Roraima tornou-se Estado da Federação com a promulgação da nova Constituição.

## II - SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

Como já vimos, as influências culturais entre as sociedades indígenas iniciaram num período anterior ao processo de colonização. Havia naquela época um intenso comércio intertribal, apesar das guerras, que ocorriam em virtude das disputas territoriais, dos interesses econômicos ou da posse de mulheres. O comércio intertribal surgiu como consequência desse processo, podendo ser traduzido como um tratado de paz, onde as partes envolvidas regulavam as interações intersociais através das trocas de artefatos e manufaturados. A aliança concretizava-se pelas trocas matrimoniais, respeitando, assim, as fronteiras territoriais.

Com o intercâmbio ocorreu também a especialização por grupo de um determinado artefato ou produto. Cada grupo passou a produzir com mais eficiência. Como haviam muitos produtos na rede de trocas, o ralo tornou-se o objeto de valor de referência nas transações comerciais.

A intensidade do comércio levou ainda a especialização de alguns indivíduos, que aprenderam diversas línguas, transformaram-se em emissários em outras sociedades, defendendo os objetos de troca e conhecendo o modo de vida de aliados e possíveis inimigos. A especialização ultrapassou os limites econômicos atingindo níveis cognitivos, percebido por aqueles que faziam parte do sistema.

A aldeia Jabuti é auto-suficiente na produção de artefatos usados na vida cotidiana. Diversos objetos descartáveis em nossa cultura, após serem trabalhados artesanalmente, adquirem uma nova forma, sendo utilizados com outras finalidades (como pontas de flechas de metal, anzóis, etc.) (ver Amodio, 1983:59).

Com a colonização houve uma completa alteração no sistema de trocas, novos produtos foram introduzidos, ganhando valor especial em relação aos artefatos indígenas. A nova geração, que vive cercada por bens industrializados, não interessa em aprender a tecer ou a confeccionar qualquer artefato. A tradição de trabalhar o barro, de tecer o algodão ou de confeccionar a fibra da palmeira poderá desaparecer, dado que está sendo esquecido e renegado por uma geração que não teve alternativa, e que por força do contato indiscriminado foi obrigada a dar valor somente aos produtos industrializados, que são fáceis de manusear pelo mundo externo, mas no fundo possuem pouca utilidade nos limites da aldeia.

A colonização das terras Makuxi e Wapixana provocou drásticas mudanças na forma de ocupação do solo, mas de um modo geral a concepção sobre a posse da terra não foi alterada. Para entender como desenvolveram-se as atividades produtivas, é necessário abordar a concepção indígena sobre a Terra.

A terra possui múltiplos significados (seja os espíritos da terra, das águas ou moradia dos "heróis" mitológicos, etc). Significa um "outro", mantendo uma relação de sujeito para sujeito, diversa da relação ocidental (passível de exploração). Essa relação determina uma nova concepção a nível de produção. Existe uma relação especial com a Terra... a natureza, é necessário agradecer quando é fértil e temê-la quando está enfurecida. A consideram como um ente(s), numa categoria não humana. Sendo, portanto, impossível de ser possuída, sendo difícil deles entenderem a nossa perspectiva de posse, de cercar campos e rios.

Isso explica de um lado a facilidade das invasões e do outro a dificuldade em uni-los em defesa de seus direitos, porque a Terra não é passível de ser negociada, cercada, violentada (ver Amodio, 1983).

Os índios exploram com extrema racionalidade seu "habitat" apesar do contato secular. Continuam a desenvolver as atividades agrícolas, de coleta, caça e pesca, aproveitando os recursos naturais disponíveis na região.

Praticam a agricultura de coivara, ocorrendo migrações periódicas de três a quatro anos, devido ao esgotamento do solo. Cada aldeia migra numa dada região, após vários anos de mudança contínuas, completa-se um ciclo, o que permite que as plantas que levam muitos anos para crescer (jenipapo e cajueiro) poderão ser aproveitadas pelas gerações subsequentes. Existe consenso, o que seria a área de uma comunidade ou de um determinado grupo étnico. Para chegarem a ter uma agricultura adaptada as condições da região, foi necessário adquirir um conhecimento aprimorado do meio ambiente, bem como passar por diversas experiências com erros e acertos no cultivo do solo. Ocupam uma extensa faixa de terra em decorrência das mudanças em busca de novas áreas de cultivo, aliadas a procura de caça e pesca em abundância em virtude da escassez do local que ocupavam anteriormente.

Numa terra com pouca fertilidade conseguiram obter os alimentos necessários a manter uma dieta equilibrada. Usando de uma tecnologia relativamente simples cultivam diversas espécies vegetais. A plantação básica é a mandioca (brava), que é consumida em forma de beiju, caixiri (bebida fermentada) e farinha.

As roças são cultivadas pelas famílias extensas, o trabalho é organizado pelos homens de influência. Existindo uma divisão sexual do trabalho, cabendo ao homem as atividades de derrubada e queimada da mata, bem como o plantio; e as mulheres a preparação do terreno e a colheita. Ambos cuidam do roçado intermitentemente até a época da colheita (ver Amodio, 1983:5).

A forma usual de cultivar a lavoura é através do trabalho comunitário, ou adjunta que é fator de união entre os grupos de parentesco. É organizado pelo tuxawa ou parentes, onde pode-se perceber a coesão e a unidade política da aldeia. O sistema aumenta a solidariedade entre os afins, possibilitando a manutenção das relações tradicionais de ajuda mútua.

A produção agrícola varia conforme o grau de contato familiar com a sociedade nacional. Ocorrendo a influência de novas espécies vegetais. De repente, uma família que tinha uma produção voltada para consumo interno, passa de uma economia auto-suficiente para a dependência, e para a produção voltada para o mercado.

É através da caça e da pesca que obtêm as proteínas necessárias à nutrição. Em determinadas épocas do ano (como Natal, Páscoa ou Aleluia), realizam as pescarias coletivas que contam com a participação de índios de outras aldeias e da cidade. O tuxawa que organiza o evento, que reforça os laços de solidariedade e reciprocidade de aliados próximos e distantes. É combinado o dia em que os grupos se encontrarão numa determinada comunidade, a comemoração pode durar dias, tendo muita comida, bebida e danças, como o tradicional parixara ou o forró.

Para os índios citadinos, a pescaria significa o momento de resgatar ou reforçar sua identidade, que encontra-se diluída na cidade, ou melhor escondida, camuflada, porque o medo de ser identificado como índio, paira em Boa Vista ou em qualquer cidadela de Roraima. Na volta à terra natal, que os índios oprimidos na cidade reencontram sua gente, o seu mundo e distanciam da repressão cotidiana. Eles desempenham um papel importante para a comunidade. Sua casa na cidade serve como hospedagem para os parentes resolverem os problemas e fazer tratamento hospitalar e odontológico. Na ida à aldeia levam os produtos industrializados que são trocados com os parentes por alimentos, reforçando o comércio entre citadinos e aldeados.

Independentemente da condição de moradia, na pescaria algumas mulheres permanecem na comunidade para preparar a farinha, o beiju e o caxiri. Ambos os sexos formam pequenos grupos, para pescarem nos lagos, igarapés e nos rios. Outros homens dedicam-se à caçada. Conhecem e exploram com extrema habilidade os cursos d'água e restingas, que exploram à procura de cardumes, jacarés, carangueijos, tracajá, etc. É geralmente em volta dos cursos d'água que existem as matas e buritizais onde caçam. Entretanto, pescam frequentemente nos cursos d'água próximos à aldeia (Garrafa, Jaboti, Caiango, Caju, Murará, Boiada, Pereira, Panema, Rapozinha). Apenas quando ocorre pescarias organizadas, que distanciam-se de suas choupanas. Usam arco e flecha, anzóis, jacuis e tarrafas de pau ou linha de nylon.

Usam, também, o timbó. Nos últimos anos a repressão policial, a mando dos fazendeiros, para impedi-los de usar tal técnica, vem assustando a comunidade. Em decorrência, o mito sobre a origem do timbó e o conhecimento sobre as várias espécies de planta poderão desaparecer. O emprego do timbó ocorre em determinada época, quando as águas estão empoadas, e o uso de outra alternativa torna-se inviável ou dispendiosa. Eles sabem equilibrar harmonicamente as técnicas conhecidas com as condições ambientais. Com a repressão contínua, os índios não conseguem obter a principal fonte proteica, o peixe. Além disso, a pesca com o timbó é realizada após a desova, quando existem pequenos peixes em abundância, que precisam ser consumidos para voltar a ter equilíbrio entre as várias espécies.

A caça é a outra opção em proteína. Caçam, nas matas do Panema (ilha Jaboti) e do boiada, com o arco e flecha, armadilha, espingarda e outrora com zarabatanas (ver Diniz, 1972:67/68). Existem muitos labus em torno da carne de caça, mas consomem pacas, veados, tatuas, jabutis, jacarés, cotias, antas, capivaras, porcos do mato, macacos e várias espécies de pássaros. As caçadas são feitas nas matas próximas à aldeia, nos campos limpos, lavrados, boqueiros e matas de buritizais que margeiam lagos e igarapés.

O gado foi usado como um instrumento para a conquista territorial. Serviu para expulsar os índios de sua terra e transformá-los em peões e vaqueiros. Cada cabeça de gado significou um pedaço de terra que os índios não podiam mais viver, que os animais selvagens deveriam desaparecer, para deixar o pasto livre para o rebanho. O gado representou conquista de terras e morte dos índios.

Com a implantação das Fazendas Nacionais, o gado passou a ser o elemento de ocupação dos campos. A implantação das fazendas visava, também, integrar os índios à sociedade nacional, através da utilização da mão-de-obra para criação do gado. Com a invasão da região por



P. 3021  
S. I

fazendeiros, os índios passaram a ser considerados simples "caboco" (termo regional para o índio), que deveriam exercer as funções de peões e vaqueiros de alguma fazenda distante dos centros urbanos.

Após um longo período de dependência, os índios começaram a reagir, lentamente a situação imposta. A forma encontrada para reconquistar o território foi de usar o mesmo meio empregado para apossar, expulsar e oprimi-los em sua terra. Foi então que passaram de peões e vaqueiros a criadores de gado.

No início, alguns conseguiram possuir pequenas criações, as quais foram obtidas após anos de trabalhos nas fazendas. Tal iniciativa não incomodou os fazendeiros, pois a situação estava sobre o seu domínio, dentro da lógica estabelecida. Pelo sistema pré-capitalista, os vaqueiros podem um dia constituir uma fazenda dependendo do esforço pessoal. A competição é brutal, e a maioria dos vaqueiros indígenas trabalham a vida inteira, e quando estão velhos, são dispensados da função, sendo obrigados a voltar a aldeia.

A reação a ordem estabelecida ocorreu com os projetos de criação de gado comunitário, iniciativa da Diocese e consecutivamente da FUNAI. O projeto consiste em distribuir uma quantidade x (geralmente 50) cabeças por aldeia, que varia conforme o número de habitantes e as condições da área para a pecuária. A comunidade responsabiliza-se pela criação, que após 5 anos é repassada a outra aldeia, ficando com as novilhas.

Com a criação do gado, os índios vão conquistando sua independência. Não precisam mendigar o leite nas fazendas, pois tem o suficiente para abastecer a aldeia. Se a caça desapareceu por causa do gado, podem, com o tempo, abater uma rês para alimentar a família. Com o resultado, sentem-se fortes e que unidos poderão reconquistar a sua terra.

### III - SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

A regularização fundiária da A.I Jabuti decorre desde 1977, sendo que foram organizadas 5 (cinco) expedições com o mesmo objetivo: a) pelas Portarias n 549/550 de 21.10.77, foram criados dois subgrupos de estudos com o objetivo de efetuar um levantamento global da situação das terras indígenas de Roraima, visando a identificação e a delimitação das áreas indígenas discriminadas e analisadas de acordo com a regularização fundiária da época; b) pela Portaria n 509/E de 05.01.79, foi designado um novo GT, para proceder ao fechamento dos descritivos das áreas indígenas que foram identificadas em 1977, bem como para concluir o levantamento realizado pelo GT anterior; c) pela ILE n 045/DGPI de 10.09.80, foram designados dois servidores para reavaliar os estudos anteriores, tendo em vista que as áreas, estabelecidas pela FUNAI, recebiam oposição no processo demarcatório pelos pecuaristas da região (ver fls. 24); d) pela Portaria n 950/E de 28.05.81 o Presidente da FUNAI designou um GT, formado por antropólogo e engenheiro agrimensor, para reestudar e definir a A.I Jabuti; e) pela Portaria n 1.218/E de 10.05.82, foram designados três servidores (engenheiro agrimensor/topógrafo/antropóloga) para delimitar a A.I Jabuti.

Após vários estudos antropológicos realizados pelos servidores da FUNAI sobre a ocupação territorial dos Wapixana e Makuxi da região do Jabuti, surgiram duas propostas para a demarcação da área indígena: - apresentada pelo antropólogo Antônio Flavio Testa, que elegera uma área de 13.000 ha (Portaria n 950 de 28.05.81); e da antropóloga Maria Helena Amorim, que elegera uma área de 8.000 ha (Portaria n 1218/E de 10.5.82).

Pela Portaria n 1.421/E de 17.05.82, o Presidente da FUNAI, Paulo Moreira Leal delimitou a A.I Jabuti, conforme a proposta apresentada pela antropóloga Maria Helena de Amorim, de 8.000 ha. Entretanto, na proposta aprovada, vários pontos de caça e coleta ficaram de fora da área, os quais são fundamentais para a sobrevivência da comunidade indígena.

Diante do impasse pela Comunicação de Serviço n 180/10a.DR de 03.03.84, foi designada a antropóloga da 10a.DR, para deslocar-se a área para analisar a questão, após ouvir a comunidade indígena. Na época os índios fizeram opção pela proposta de 13.000 ha, porque correspondia as necessidades da comunidade, incluindo os principais igarapés, rios, matas, cemitérios, aldeias antigas, buritizais, etc., que são essenciais para a sobrevivência e a continuidade da cultura indígena.

### IV - CONCLUSÃO

Considerando a ocupação imemorial dos Makuxi e Wapixana de 13.000 ha, somos favoráveis a demarcação da Área Indígena Jabuti. Portanto, o parecer com a anuência dos índios deve ser encaminhado ao Ministro da Justiça para declaração de posse da terra, conforme determina o Decreto n 22 de 04.02.91.

MARIA GUIOMAR DE MELO

DESPACHO Nº 4, DE 10 DE MARÇO DE 1993

P. 3019

S. I

Assunto: Processo FUNAI/BSB/393/93. Referência: Área Indígena JABUTI. Interessado: Grupos Indígenas Makuxi e Wapixana. EMENTA: Aprova o relatório de delimitação da Área Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1991.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/393/91, e considerando o Parecer nº 024/CEA/92, de autoria da Antropóloga MARIA GUIOMAR DE MELO, aprovado pela Resolução nº 001/CEA/93, que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, DECIDE:

1. Aprovar as conclusões objeto da citada Resolução para, afinal, reconhecer os estudos e adequações à delimitação da Área Indígena JABUTI, de ocupação dos respectivos grupos tribais Makuxi e Wapixana com a superfície e perímetro aproximados de 13.000 ha e 65 Km respectivamente, localizada no Município de Bonfim, Estado de Roraima.

2. Determinar a publicação no DOU do Parecer, Memorial Descritivo e Despacho, na conformidade do Art. 2º, § 7º do Decreto nº 22/91.

3. Encaminhar o respectivo processo de demarcação ao Ministério da Justiça, acompanhado da Minuta de Portaria Declaratória, para a aprovação.

SYDNEY FERREIRA POSSUELO

P.3022  
S. I

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

DENOMINAÇÃO  
ÁREA INDÍGENA JABUTI

ALDEIAS INTEGRANTES  
JABUTI

GRUPOS INDÍGENAS  
MACUXI - WAPIXANA

LOCALIZAÇÃO  
MUNICÍPIO : BONFIM ESTADO : RORAIMA  
UNIDADE REGIONAL DA FUNAI : ADR BOA VISTA

EXTREMOS	COORDENADAS DOS EXTREMOS	
	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE :	03° 15' 30" N	60° 15' 50" Wgr.
LESTE :	03° 11' 20" N	60° 11' 40" Wgr.
SUL :	03° 09' 42" N	60° 14' 48" Wgr.
OESTE :	03° 14' 10" N	60° 23' 52" Wgr.

NOMENCLATURA	BASE CARTOGRÁFICA		
	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
MI - 41	1:100.000	IBGE	1.982

ÁREA : 13.000 ha (Treze mil hectares aproximadamente).  
PERÍMETRO : 65 Km aproximadamente.

Descrição do Perímetro

NORTE : Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 03° 14'10"N e 60°23'52"Wgr., localizado na confluência do Igarapé Calango no Rio Tacutú; daí, segue no sentido montante pelo citado igarapé até sua cabeceira, no Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 03°15'30"N e 60°15'50"Wgr.

LESTE : Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta no azimute e distância aproximados de 134°48'57" - 10.995,00 metros, até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 03°11'20"N e 60°11'40"Wgr., localizado na margem direita do Igarapé Jabuti, junto ao bordo direito da rodovia BR-401.

SUL : Do ponto antes descrito, segue pela citada rodovia no sentido Conceição do Mau - Boa Vista, até encontrar a ponte do Igarapé Jabuti, no Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 03°09'42"N e 60°14'48"Wgr.; daí, segue no sentido jusante pelo citado igarapé até a confluência no Igarapé Garrafa, no Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 03°11'25"N e 60°19'30"Wgr.; daí, segue no sentido jusante pelo citado igarapé até a confluência do Rio Tacutú, no Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 03°10'15"N e 60°22'48"Wgr.

OESTE : Do ponto antes descrito, segue no sentido montante pelo Rio Tacutú, até o Ponto 01, inicial da descrição.

RT - JOSÉ JAIME MANCIN - ENGENHEIRO CREA 57.806/D-SP